

Correio da Justiça do Trabalho



Ano 2 – Número 32 – 21 de maio de 2012

PJe-JT

PJe-JT será instalado em 1º e 2º graus na Bahia



O Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (Bahia) será o primeiro a instalar, simultaneamente, os módulos de primeiro e segundo grau do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT). A nova versão, considerada a mais moderna do sistema, entrará em funcionamento no Regional baiano nesta segunda-feira, dia 21 de maio.

Às 10h, o módulo de 1º grau, fase de conhecimento, será instalado na Vara do Trabalho de Santo Amaro da Purificação, que fica a 72 km de Salvador. O presidente do TST e do CSJT, ministro João Oreste Dalazen, estará presente. Todas as novas ações relativas a conflitos trabalhistas no município ou nas cidades de São Francisco do Conde, Saubara e Terra Nova tramitarão apenas por meio eletrônico. Grande parte dos processos na região envolve trabalhadores da indústria petroquímica.

Às 16h30, haverá cerimônia de instalação em 2º grau na sede do TRT da 5ª Região, em Salvador. Inicialmente, o módulo de segunda instância só será utilizado para recebimento de mandados de segurança, que serão julgados pela Seção Especializada em Dissídios Individuais 2, composta por sete desembargadores. “Os magistrados estão sendo treinados para lidar com a ferramenta, inclusive em períodos de plantão”, afirma o presidente do comitê gestor do PJe-JT, desembargador Cláudio Brandão.

O TRT terá 90 dias para expandir o sistema para outras classes originárias (ações rescisórias, dissídios coletivos, entre outros) e também para as classes recursais, conforme determina a **Resolução nº 94 do CSJT**. A atuação do Regional baiano servirá de modelo para os outros Tribunais durante a fase de instalação nacional do sistema.

“A solidariedade e a parceria com os Tribunais que já implantaram o sistema é impressionante. Também recebemos apoio e acompanhamento de outros Regionais que se preparam para a instalação, o que demonstra que o PJe ocasiona uma verdadeira integração da Justiça do Trabalho”, avalia a desembargadora Dalila Andrade,

Notícias

CSJT divulga campanha da 2ª Semana Nacional da Execução Trabalhista

“Não deixe que uma dívida trabalhista vire um peso desnecessário”. Esse é o lema da campanha institucional da 2ª Semana Nacional da Execução Trabalhista, coordenada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). O evento ocorrerá de 11 a 15 de junho nos 24 Tribunais Regionais do Trabalho. No último dia, será realizado o leilão nacional de bens penhorados.

“O conceito escolhido para esta edição visa a conscientizar as partes de que um processo em execução, se não concluído, pode ser um peso tanto para o empregador quanto para o trabalhador. E a Semana Nacional da Execução Trabalhista é uma ótima oportunidade para solucionar os litígios”, afirma o juiz Marcos Fava, coordenador nacional do evento.

A campanha é composta por dois vídeos, dois spots de rádio, dois banners e dois cartazes. Os Tribunais podem baixar as **peças** na página oficial da Semana (www.csjt.jus.br/execucao). “Os materiais devem ser usados pelos Regionais para engajar magistrados e servidores, que nos cinco dias do evento se dedicarão exclusivamente aos processos em execução”, explica o coordenador. Os vídeos e spots também foram enviados às emissoras de rádio e TV de todo o País para divulgação gratuita como informação de utilidade pública.



Clique na imagem para ampliar o cartaz da Semana



Clique na imagem para ver um dos vídeo da Semana da Execução

realizado em forma de mutirão, com a participação de magistrados e servidores ativos e inativos.

(Noemia Colonna e Patrícia Resende/CSJT)

CNDT aumenta quitação de dívidas trabalhistas



Com a Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT), mais de 37 mil pessoas físicas e jurídicas pagaram suas dívidas com a Justiça do Trabalho e deixaram de constar no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT). Foram 18.199 pessoas físicas e 18.936 jurídicas. Além disso, mais de nove mil deixaram a situação de positivo no BNDT para positivo com efeito negativo, quando não é pago o débito, mas é oferecido um bem para penhora no processo.

Esses números demonstram que a exigência da CNDT como documento de apresentação obrigatória às empresas que se habilitam a participar de licitações públicas já vem surtindo efeito. Foram emitidas, até meados de maio, 3,5 milhões de certidões. O **número de emissões** pode ser acompanhado no site do TST. O alto número se dá por causa da

coordenadora de implantação do PJe-JT no TRT-BA.

Veja [aqui](#) o cronograma de implantação do PJe-JT.

(Patrícia Resende/CSJT)

Corregedoria da da JT



Reunião Técnica com os Gestores Regionais do e-Gestão será dia 23 de maio

Será nesta quarta-feira, dia 23 de maio, a Reunião Técnica com os Gestores Regionais do e-Gestão – 1º Grau. Está será a terceira reunião do ano, e estarão presentes o Comitê Gestor Nacional do e-Gestão e os Gestores Regionais: juízes de 1º e 2º Graus e profissionais das áreas de estatística e de tecnologia da informação do TST e dos TRTs. Serão avaliadas no encontro a implantação do e-Gestão no 1º e 2º Graus, regras de validação e a integração e-Gestão X PJe, entre outros assuntos.

De acordo com o corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Barros Levenhagen, o avanço da implantação do Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias da Justiça do Trabalho (e-Gestão) teve um impacto altamente positivo no êxito das últimas três correições ordinárias em que foi usado, nos TRTs do Mato Grosso do Sul, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

A implantação do e-Gestão vem sendo feita em módulos, para facilitar sua operacionalidade. Ao longo do ano passado, a prioridade foi para o módulo de 2º grau, que reúne dados dos Tribunais Regionais – informações fundamentais nas correições ordinárias, nas quais a CGJT verifica, entre outros aspectos, o cumprimento de prazos, a produtividade e a regularidade dos serviços judiciários. Veja [aqui](#) a programação do evento.

(Marta Crisóstomo /TST)

Fale com o presidente

caroscolegas@tst.jus.br

Expediente



Presidente

Ministro João Oreste Dalazen

Vice-Presidente

Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Ministro Antônio José de Barros Levenhagen

Correio da Justiça do Trabalho

Ano 2 – Número 32 – 21 de maio de 2012

Secretaria de Comunicação Social do TST

Assessoria de Comunicação do CSJT

Contato: caroscolegas@tst.jus.br

facilidade em obtê-las gratuitamente, no site do Tribunal, bastando para isso informar o CNPJ a ser consultado. Isso permite que qualquer pessoa, antes de transacionar com uma empresa, consulte sua situação perante a Justiça do Trabalho.

Foi também com essa intenção que o CNJ aprovou em março, por meio da Corregedoria Nacional de Justiça, a [Recomendação nº 3](#), pela qual os tabeliães de notas devem cientificar as partes envolvidas em transações imobiliárias e partilhas de bens imóveis sobre a possibilidade de obtenção da CNDT.

A partir da recomendação do CNJ, a Corregedoria-Geral da Justiça de São Paulo publicou o [Provimento CG nº 08/2012](#). O provimento determina a todos os tabeliães de notas que lembrem aos contratantes em negociações imobiliárias das vantagens da emissão de CNDT dos proprietários. De acordo com especialistas, o contrato de compra e venda de imóveis é o mais perigoso no meio jurídico. As medidas reforçam o papel da certidão como instrumento de combate à fraude à execução, geralmente configurada pela venda de imóveis ou sua transferência para cônjuges, a fim de evitar a penhora para pagamento de dívidas trabalhistas.

(Augusto Fontelene e Marta Crisóstomo/TST)

Evento do TST na Arena Corinthians reúne 1,4 mil operários

“Vimos porque é indispensável e urgente a colaboração de todos nos esforços para diminuir os acidentes de trabalho”, afirmou o presidente do TST e do CSJT, João Oreste Dalazen, ao se dirigir aos cerca de 1,4 mil operários presentes na Arena Corinthians, palco de abertura da Copa do Mundo de 2014, durante o ato público pelo [Programa Trabalho Seguro](#) na Construção Civil, realizado dia 14 de maio passado.



O ministro Dalazen, Rivelino e o operário que ganhou a camisa autografada pelo ex-jogador da Seleção Brasileira

Foto: Aldo Dias

O presidente do TST lembrou a importância da atuação dos operários na prevenção dos acidentes e na cruzada para diminuir uma estatística desfavorável, cujos números são preocupantes. O evento foi o quarto ato público realizado pela TST, em parceria com os tribunais regionais. Veja [a íntegra da matéria aqui](#).

A iniciativa faz parte da segunda etapa do Programa Trabalho Seguro, e foi objeto de [reportagem veiculada pelo Jornal da Globo](#) dia 15 de maio.

(Alexandre Machado/TST e Davi de Figueiredo Sá /TRT-SP)

Comissão conclama juízes a enviarem sugestões para combate ao trabalho infantil

A Comissão Nacional sobre Trabalho Infantil reuniu-se pela primeira vez dia 16 de maio passado para discutir propostas que possam resultar em projetos de lei, seminários e boas práticas a serem desenvolvidas pela Justiça do Trabalho para a erradicação do trabalho de crianças e adolescentes.

Como parte da primeira fase do plano de ação, os integrantes da comissão decidiram colher de todos os juízes trabalhistas sugestões sobre o tema. Os juízes deverão responder a seguinte pergunta: “O que a Justiça do Trabalho pode fazer para combater o trabalho infantil e defender o trabalho juvenil?”.

As sugestões poderão ser enviadas até o dia 25 de maio, e deverão ser utilizados os seguintes endereços de correio eletrônico:

- pelos magistrados da Região Sul: anocchi@trt4.jus.br;
- pelos magistrados da Região Norte: paula.soares@trt8.jus.br;
- pelos magistrados da Região Sudeste: jrdoliva@trt15.jus.br;
- pelos magistrados da Região Centro-Oeste: platonteixeira@uol.com.br;
- pelos magistrados da Região Nordeste: zeups@uol.com.br;

Em seguida, as sugestões serão avaliadas, debatidas e aprofundadas, para que no dia 12 de junho – Dia Nacional da Erradicação do Trabalho Infantil - sejam apresentadas ao presidente do TST e CSJT, ministro João Oreste Dalazen. “A comissão foi orientada pela presidência a produzir um plano de ação, que servirá de parâmetro para toda a Justiça do Trabalho no combate a este mal que, infelizmente, ainda afeta a sociedade brasileira”, diz o juiz Marcos Fava.

A Comissão Nacional sobre Trabalho Infantil é composta por magistrados representantes das cinco regiões geográficas e foi instituída pelo [Ato nº 99](#), da presidência do CSJT.

(Noemia Colonna/CSJT)